

# A raposa e as galinhas

ISRAEL TABAK \*

**G**astar o dinheiro do outros é sempre uma tentação. Sobretudo se o dono do dinheiro não estiver nem aí para reclamar de algum uso indevido. As novas propostas anunciadas pelo ministério da Saúde para melhorar a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), numa suposta tentativa de acabar com as fraudes, podem deixar nessa confortável posição muitos prefeitos mal-intencionados ou desonestos. Os prefeitos serão agora os donos da saúde em suas cidades, como diz o secretário-executivo do ministério, José Carlos Seixas. Eles terão autonomia para gerir o dinheiro recebido, vigiados pelos conselhos comunitários de Saúde, que — presume-se — funcionarão com eficiência em todos os municípios.

A questão central das mudanças anunciadas é que o ministério — mesmo sendo o dono do dinheiro — vai transferir para os municípios a prerrogativa de pagar os hospitais conveniados com o sistema. Hoje, o ministério recebe todas as contas e depois manda o cheque para os hospitais. Mas antes disso, através de um sistema informatizado de críticas, pode fiscalizar e rejeitar qualquer AIH (Autorização de Internação Hospitalar) suspeita. É verdade que, de uma forma geral, o ministério tem-se omitido nessa missão. Mas pelo menos detém esse poder, já que é sua obrigação zelar pelo correto emprego do dinheiro que distribui. Com a mudança proposta, só restará chorar pelo leite derramado. É pouco eficiente tomar providências *a posteriori*.

O mais preocupante, no entanto, é que José Carlos Seixas admite que ainda não está definido como será esse controle posterior dos pagamentos feitos pelo prefeitos. Ou seja, o que não está definida é justamente a questão central: como descentralizar sem perder o controle dos gastos. A autofiscalização para quem usa a verba dos outros é sempre uma opção perigosa no Brasil. Sobretudo em ano eleitoral.

Um dos absurdos difundidos em relação às denúncias sobre fraudes na Saúde é de que seriam fruto de uma misteriosa conspiração contra a política de descentralização dos serviços. A centralização — argumenta-se — facilitaria as fraudes. A rigor, nenhuma autoridade responsável ou estudioso de políticas sociais poderia mesmo ser contra a descentralização e a fiscalização comunitária desses serviços. Afinal, esta é a forma

mais eficiente e democrática de levar a Saúde à população.

Só que as medidas anunciadas pressupõem que as fraudes são basicamente um problema gerencial e de exagerada centralização administrativa. Uma visão caolha. Embora algumas experiências de municipalização tenham sido bem-sucedidas — com os conselhos comunitários fiscalizando o uso das verbas — em muitos outros exemplos — incluindo algumas metrópoles — administradores mal-intencionados conseguiram transformar esses conselhos em fantoches. Vai levar um bom tempo para que a consciência da cidadania esteja plenamente disseminada no país. As áreas mais atrasadas ainda são dominadas por um poder feudal.

**O Ministério da Saúde ainda não definiu como vai descentralizar suas verbas sem perder o controle dos gastos**

Os poucos estudos sobre o sistema de favorecimentos da máquina governamental convergem no entendimento de que os administradores preferem se omitir no combate aos lobbies políticos que protegem quem gasta indevidamente o dinheiro público. Os governantes, mesmo quando não são fisiológicos, costumam selar acordos com esses políticos nebulosos, em nome da governabilidade. Se surgirem fraudes, o melhor é fazer vistas grossas. Às vezes a dose é exagerada e estouram escândalos como o que ocorreu há pouco no Rio.

Nas áreas onde a maior parte dos recursos vai para o setor privado — como é o caso das internações e consultas, na Saúde — formam-se grupos de pressão sobre os administradores e burocratas responsáveis pela repartição do dinheiro. Não raro os interesses se confundem e a corrupção aparece. Há administradores — muitos com ambições políticas — que parecem mais interessados em bem atender quem está à cata das verbas públicas para uso próprio do que em prestar um bom serviço à população. A CPI que apurou as fraudes do SUS — nos tempos do extinto Inamps — mostra exemplos estupefacentes de carreiras políticas que floresceram às custas de verbas desviadas ou mal usadas da Saúde.

O problema não é, assim, gerencial, mas político. Dar ou não dar prioridade absoluta ao combate às fraudes, eis a questão. As recentes investigações realizadas pelas procuradorias da República nos estados mostraram que o controle das irregularidades é bem mais fácil do que se costuma alegar. Com alguns gatos pingados — um número ínfimo de peritos requisitados ao Ministério da Saúde — os procuradores conseguiram dimensionar as fraudes como nunca se fez antes.

Nenhuma das denúncias publicadas em 1995 pelo JORNAL DO BRASIL teve como origem alguma investigação oficial do ministério da Saúde. Todas partiram de perícias das procuradorias da República nos estados ou de uma irrisória minoria de auditores do ministério, que investigavam por conta própria, revoltados contra a omissão do sistema de fiscalização federal. Os poucos auditores requisitados foram assim bem mais produtivos e eficientes do que as centenas de colegas que quase nada fiscalizam. Isso, simplesmente, porque o sistema não tem nenhum interesse em incentivar esse tipo de trabalho.

A maioria dos hospitais — é bom que se diga — não fraudam, conforme mostram as investigações das procuradorias. Mas os cerca de 30% que cometem irregularidades produzem um estrago considerável, ao lado dos ambulatórios — estes sim, os responsáveis pelo maior volume de fraudes, já que não há um sistema de controle informatizado para esse setor.

O volume do dinheiro repartido certamente não é o suficiente, mas seu volume é apreciável: a cada três meses os hospitais e ambulatórios conveniados consomem mais do que o valor da gigantesca mina de ouro recém-descoberta pela Vale do Rio Doce. Por isso mesmo, o ministério precisaria ter um sistema muito eficiente para fiscalizar as contas municipais e estaduais. Os procuradores mostraram que isso não é difícil. Basta querer. Lavar as mãos, em nome da descentralização, é muito fácil e conveniente, para quem não quer se indispor com o fisiologia e a corrupção. Como disse, certa vez, o falecido deputado Jackson Pereira — antigo líder do PSDB na Câmara e relator da Comissão de Inquérito do Inamps — “descentralizar sem fiscalizar é a mesma coisa que pôr a raposa para tomar conta do galinheiro”.

\* Editor-assistente do JORNAL DO BRASIL